

Ubiratã, 24 de julho de 2019.

**COMUNICAÇÃO INTERNA Nº 010/2019**

De: Pregoeiro

Para: Gabinete do Prefeito

Assunto: Sugestão para rescisão de contrato.

Venho através da presente sugerir a rescisão do Contrato nº 107/2019, firmado entre o Município de Ubiratã e a empresa DINIZ CLINICA MÉDICA EIRELI EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 11.968.704/0001-79, cujo objeto remete a realização de exames admissionais, periódicos e retorno ao trabalho, a rescisão do mesmo em virtude dos fatos abaixo descritos.

O referido contrato, oriundo do Pregão Presencial nº 67/2019, foi firmado em 21 de maio de 2019, após adjudicação do objeto pelo Pregoeiro e homologação pela autoridade superior. Nos termos firmados, a empresa executaria serviços de eletrocardiograma, no valor unitário de R\$-50,00, perfazendo o valor global do contrato de R\$-5.000,00. O exame mencionado visa avaliar se o servidor público encontra-se apto a realizar suas atividades laborais, após ser dispensado de exercer sua atividade profissional por motivo de doença ou acidente de trabalho. Até a presente data, não foi solicitado a realização de nenhum exame.

Ocorre, porém, que na data de 24 de julho de 2019 foi realizada licitação destinada à contratação de empresa para prestação de serviços médicos conforme solicitado pela Secretaria da Saúde. Participou da sessão, sagrando-se vencedora de um dos itens licitados, a empresa DINIZ CLINICA MÉDICA EIRELI EPP. Todavia, foi constatado pelo Pregoeiro na sessão e confirmado pela representante da licitante presente que o único sócio da empresa, o senhor François Barbosa Diniz Junior, é filho do servidor público François Barbosa Diniz lotado na Secretaria da Saúde no cargo de Médico Generalista, bem como é esposo da servidora pública Jeannie Andrea Gaertner Diniz, lotada na Secretaria da Saúde no cargo de Medico Clinico Geral. Diante do fato, o Pregoeiro desclassificou a empresa do certame, mencionando que sua decisão foi baseada no Acórdão nº 2745/2010 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, o qual dispõe que *"não é possível à contratação de empresa na qual o cônjuge, parente em linha reta e colateral companheiro e afim apresentem relação com servidor da unidade contratante"*. Assim, conforme determina a Lei 10.520/02 (Lei do Pregão), foi concedido à empresa possibilidade de recorrer da decisão no prazo de até três dias contados da data da sessão, porém, até a presente data não houve nenhuma manifestação.

Relatados os fatos, fica evidenciado os motivos que ensejaram na sugestão de se rescindir o contrato firmado entre o Município e a empresa DINIZ CLINICA MÉDICA EIRELI EPP para realização de exames. A decisão tomada pelo Pregoeiro no dia 24/07 reflete diretamente na execução do contrato já existente.

É fato que no desempenho das atribuições de Pregoeiro, o objeto foi adjudicado à empresa, atestando a legalidade no procedimento. Todavia, não houve má fé ou negligência ao adjudicar objeto à empresa na qual o cônjuge, parente em linha reta e



colateral companheiro e afim apresentem relação com servidor da unidade contratante, apenas não houve a constatação do fato no momento. Desse modo, constatado o fato posteriormente, o posicionamento do Pregoeiro quanto à rescisão do contrato firmado com a empresa DINIZ CLINICA MÉDICA EIRELI EPP para realização de exames admissionais, periódicos e retorno ao trabalho, foi relatado ao Secretário da Administração e Gestor do Contrato, Neri Wanderlind. O mesmo concordou com o posicionamento do Pregoeiro, e como é de sua responsabilidade o controle geral dos contratos destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria da Administração, conforme art. 1, §1º, inciso II da Portaria nº 73/2019, manifestou-se favoravelmente à sua rescisão.

Desse modo, informo que a fim de atender o previsto no Acórdão nº 2745/2010 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, bem como atender o princípio da moralidade nos atos praticados pela administração pública, encaminho a presente Comunicação à autoridade superior, **solicitando a autorização para dar continuidade no processo de rescisão unilateral do Contrato nº 107/2019 firmado entre o município e a empresa referida**, por ocorrência de caso fortuito impeditivo da execução do contrato, conforme dispõe o art. 78, XVII da Lei 8.666/93, sendo assegurado à Contratada o contraditório e a ampla defesa. Informo que rescindido o contrato, será efetuado novo procedimento licitatório para contratação do objeto.

Atenciosamente,

Renan Felipe da Silva Lima  
Pregoeiro

Despacho:

Autorizo [ ]  
NÃO Autorizo [ X ]

Haroldo Fernandes Duarte

ITGM "B"  
Acórdão 2745/10 - TCE  
e Processo 30212/20



10  
**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ** 000600

Publicado no AOTC

Nº 268 de 24/09/201 228167/10

PROCESSO Nº:

ASSUNTO: CONSULTA

ENTIDADE: MUNICÍPIO DE ARAPONGAS

INTERESSADO: LUIZ ROBERTO PUGLIESE

RELATOR: CONSELHEIRO CAIO MARCIO NOGUEIRA SOARES

**ACÓRDÃO Nº 2745/10 - Tribunal Pleno**

CÓPIA

Consulta. Licitação. Participação e contratação de empresa da qual consta como sócio cotista ou dirigente, cônjuge, companheiro, parente em linha reta ou colateral, consanguíneo ou afim de servidor em cargo efetivo ou em comissão na entidade licitante. Impossibilidade. Interpretação da Súmula Vinculante 13 do STF.

**Relatório**

O Prefeito do Município de Arapongas, Sr. Luis Roberto Pugliese consulta este Tribunal sobre tema relativo à Lei de Licitações, notadamente sobre o inciso III, do art. 9º.

A consulta dirige-se à possibilidade de contratação de empresa, mediante processo licitatório na qual figure no quadro societário cônjuge, companheiro ou, ainda, parente de servidor ou ocupante de cargo em comissão da pessoa jurídica contratante.

O Procurador Municipal respondeu ao questionado pela impossibilidade no caso de o servidor ser sócio ou gerente da empresa. Em relação ao cônjuge, parente ou afim de servidor, reputou possível a participação, desde não apresentem relação com membros da comissão licitante, pregoeiro habilitado ou servidor lotado nos órgãos encarregados da contratação.

A Coordenadoria de Jurisprudência e Biblioteca acostou o Prejulgado 09, desta Casa, que trata da aplicabilidade da Súmula 13 do STJ, sobre nepotismo.

A Diretoria de Contas Municipais concluiu nos exatos termos que seguem.

“a) o prejulgado n.º 9 deste Tribunal proíbe a contratação, pela pessoa jurídica integrante da Administração Pública, de cônjuges, companheiros ou parentes na linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de autoridades ou servidores

11





## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

11  
000601

comissionados da própria pessoa jurídica, além das empresas de que referidos indivíduos sejam sócios, dirigentes ou empregados;

b) estão de fora da proibição os cônjuges, companheiros e parentes de servidores de pessoas jurídicas distintas da contratante. Também estão de fora da proibição os cônjuges, companheiros e parentes de servidores efetivos da pessoa jurídica contratante, inclusive dos servidores que cumulam funções gratificadas na Administração, além das empresas de que tais sujeitos façam parte;

c) nos termos do art. 9.º, *caput*, da Lei n.º 8.666/93, é vedada qualquer participação na licitação, ainda que indiretamente, de servidor da pessoa jurídica contratante. A regra vale tanto para servidores efetivos quanto para servidores comissionados e, com ainda maior razão, vale também para as autoridades da pessoa jurídica. Assim, será indevida qualquer contratação com cônjuge, companheiro ou parente em qualquer grau de servidor da pessoa jurídica contratante ou empresa integrada por referidos sujeitos, se existir qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entres os indivíduos ou a empresa integrada por eles e o servidor (art. 9.º, § 3.º, da Lei n.º 8.666/93), ainda que formalmente não declarado. Comprovada a prática, eventual contrato com essas características firmado com o Poder Público deverá ser reconhecido nulo, e medidas deverão ser tomadas para punição dos responsáveis e recomposição do erário.”

O Ministério Público junto ao Tribunal utilizou-se do Prejulgado 09, desta Casa, que a seu turno interpretou a Súmula Vinculante 13, do STF, sobre nepotismo para dar o deslinde ao tema.

Segundo o Parquet, a proibição em relação à participação do cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, com autoridade contratante ou ocupantes de cargos de direção e assessoramento, deriva da interpretação da Súmula 13, já referida.

Ainda, nos termos do MPjTC não haveria impedimento em relação aos servidores de outros órgãos ou entidades contratantes, por força do contido no inciso III, do art. 9, da Lei de Licitações, o que se estenderia aos cônjuges, parentes, companheiros e afins.

Desta forma, assim conclui o Procurador:

“...pela **impossibilidade** de empresa participar de licitação se o sócio, cotista ou dirigente for servidor do órgão licitante, ou cônjuge, companheiro, parente em linha reta e colateral, consanguíneo ou afim de servidor público do órgão ou entidade licitante, que nele exerça cargo em comissão ou função de confiança, seja membro da comissão de licitação, pregoeiro ou autoridade ligada à contratação.”





12  
**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ** 000602

**Voto**

Após análise do feito, resta concluir que a razão acode ao Ministério Público junto ao Tribunal.

A interpretação a ser dada, deve ser calcada no princípio da moralidade administrativa e a probabilidade de favorecimento pode desacreditar o procedimento, o que incidiria na nulidade do mesmo.

Assim, não é possível a contratação de empresa na qual o cônjuge, parente em linha reta e colateral companheiro e afim apresentem relação com servidor da unidade contratante. Já esta regra, não se aplica se o servidor estiver lotado em outra entidade, conforme se depreende do inciso III, do art. 9º, da Lei de Licitações.

Assim, o voto é para que se responda à consulta nos exatos termos do Parecer 6532/10 do MPjTC.

**COPIA**  
**VISTOS, relatados e discutidos,**

**ACORDAM**

OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro CAIO MARCIO NOGUEIRA SOARES, por unanimidade, em:

Responder à Consulta formulada pelo prefeito do Município de Arapongas, Sr. Luis Roberto Pugliese, nos exatos termos do Parecer 6532/10, do Ministério Público junto a este Tribunal de Contas.

Votaram, nos termos acima, os Conselheiros NESTOR BAPTISTA, HEINZ GEORG HERWIG, FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES e CAIO MARCIO NOGUEIRA SOARES e os Auditores JAIME TADEU LECHINSKI e CLÁUDIO AUGUSTO CANHA.

Presente o Procurador Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, LAERZIO CHIESORIN JUNIOR.

Sala das Sessões, 2 de setembro de 2010 – Sessão nº 31.

CAIO MARCIO NOGUEIRA SOARES  
Conselheiro Relator



13  
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ 000603

HERMAS EURIDES BRANDÃO  
Presidente

CÓPIA

*[Assinatura]*

Ubiratã, 1º de agosto de 2019.

**COMUNICAÇÃO INTERNA**

De: Gabinete do Prefeito

Para: Assessoria Jurídica

Assunto: Solicitação de Parecer.

Através da presente, solicito parecer jurídico a respeito da rescisão do Contrato nº 107/2019, firmado entre o Município de Ubiratã e a empresa DINIZ CLINICA MÉDICA EIRELI EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 11.968.704/0001-79, para realização de exames admissionais, periódicos e retorno ao trabalho. Em anexo consta Comunicação Interna nº 010/2019, solicitando a autorização para dar continuidade no processo de rescisão unilateral do Contrato nº 107/2019 firmado entre o município e a empresa referida, por ocorrência da empresa possuir sócio com parentesco com servidores lotados na Secretaria da Saúde, em afronta ao Acórdão nº 2745/2010 do TCE-PR.

Solicito o parecer com máxima urgência, se possível.

Atenciosamente,

  
Haroldo Fernandes Duarte  
Prefeito



Ubiratã, 24 de julho de 2019.

**COMUNICAÇÃO INTERNA Nº 010/2019**

De: Pregoeiro

Para: Gabinete do Prefeito

Assunto: Sugestão para rescisão de contrato.

Venho através da presente sugerir a rescisão do Contrato nº 107/2019, firmado entre o Município de Ubiratã e a empresa DINIZ CLINICA MÉDICA EIRELI EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 11.968.704/0001-79, cujo objeto remete a realização de exames admissionais, periódicos e retorno ao trabalho, a rescisão do mesmo em virtude dos fatos abaixo descritos.

O referido contrato, oriundo do Pregão Presencial nº 67/2019, foi firmado em 21 de maio de 2019, após adjudicação do objeto pelo Pregoeiro e homologação pela autoridade superior. Nos termos firmados, a empresa executaria serviços de eletrocardiograma, no valor unitário de R\$-50,00, perfazendo o valor global do contrato de R\$-5.000,00. O exame mencionado visa avaliar se o servidor público encontra-se apto a realizar suas atividades laborais, após ser dispensado de exercer sua atividade profissional por motivo de doença ou acidente de trabalho. Até a presente data, não foi solicitado à realização de nenhum exame.

Ocorre, porém, que na data de 24 de julho de 2019 foi realizada licitação destinada à contratação de empresa para prestação de serviços médicos conforme solicitado pela Secretaria da Saúde. Participou da sessão, sagrando-se vencedora de um dos itens licitados, a empresa DINIZ CLINICA MÉDICA EIRELI EPP. Todavia, foi constatado pelo Pregoeiro na sessão e confirmado pela representante da licitante presente que o único sócio da empresa, o senhor François Barbosa Diniz Junior, é filho do servidor público François Barbosa Diniz lotado na Secretaria da Saúde no cargo de Médico Generalista, bem como é esposo da servidora pública Jeannie Andrea Gaertner Diniz, lotada na Secretaria da Saúde no cargo de Medico Clinico Geral. Diante do fato, o Pregoeiro desclassificou a empresa do certame, mencionando que sua decisão foi baseada no Acórdão nº 2745/2010 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, o qual dispõe que *"não é possível à contratação de empresa na qual o cônjuge, parente em linha reta e colateral companheiro e afim apresentem relação com servidor da unidade contratante"*. Assim, conforme determina a Lei 10.520/02 (Lei do Pregão), foi concedido à empresa possibilidade de recorrer da decisão no prazo de até três dias contados da data da sessão, porém, até a presente data não houve nenhuma manifestação.

Relatados os fatos, fica evidenciado os motivos que ensejaram na sugestão de se rescindir o contrato firmado entre o Município e a empresa DINIZ CLINICA MÉDICA EIRELI EPP para realização de exames. A decisão tomada pelo Pregoeiro no dia 24/07 reflete diretamente na execução do contrato já existente.

É fato que no desempenho das atribuições de Pregoeiro, o objeto foi adjudicado à empresa, atestando a legalidade no procedimento. Todavia, não houve má fé ou negligência ao adjudicar objeto à empresa na qual o cônjuge, parente em linha reta e



colateral companheiro e afim apresentem relação com servidor da unidade contratante, apenas não houve a constatação do fato no momento. Desse modo, constatado o fato posteriormente, o posicionamento do Pregoeiro quanto à rescisão do contrato firmado com a empresa DINIZ CLINICA MÉDICA EIRELI EPP para realização de exames admissionais, periódicos e retorno ao trabalho, foi relatado ao Secretário da Administração e Gestor do Contrato, Neri Wanderlind. O mesmo concordou com o posicionamento do Pregoeiro, e como é de sua responsabilidade o controle geral dos contratos destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria da Administração, conforme art. 1, §1º, inciso II da Portaria nº 73/2019, manifestou-se favoravelmente à sua rescisão.

Desse modo, informo que a fim de atender o previsto no Acórdão nº 2745/2010 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, bem como atender o princípio da moralidade nos atos praticados pela administração pública, encaminho a presente Comunicação à autoridade superior, **solicitando a autorização para dar continuidade no processo de rescisão unilateral do Contrato nº 107/2019 firmado entre o município e a empresa referida**, por ocorrência de caso fortuito impeditivo da execução do contrato, conforme dispõe o art. 78, XVII da Lei 8.666/93, sendo assegurado à Contratada o contraditório e a ampla defesa. Informo que rescindido o contrato, será efetuado novo procedimento licitatório para contratação do objeto.

Atenciosamente,

Renan Felipe da Silva Lima  
Pregoeiro

Despacho:

Autorizo [ ]  
NÃO Autorizo [X]

Haroldo Fernandes Duarte

Item "B"  
ACÓRDÃO 2745/10 - TCE  
e Parecer PARECER

20/08/15



Ubiratã, 14 de agosto de 2019.

000637

PARECER JURIDICO

Trata-se de requisição de parecer jurídico pelo Gabinete do Prefeito, em virtude da CI nº 10/2019, sugerindo a rescisão do Contrato 107/2019, firmado entre o Município de Ubiratã-Pr, e a Empresa Diniz Clínica Médica EIRELI, CNPJ nº 11.968.704/0001-79, atrelado ao Pregão Presencial nº 67/2019, em virtude de que o proprietário da empresa é filho e marido de servidores públicos e tal fato incorreria na vedação expressa no Acórdão nº 2745/2010 do TCE-Pr, o qual proíbe contratação de empresa na qual cônjuge, parente em linha reta ou colateral, companheiro e afim, apresentem relação com servidor da unidade contratante. Ato contínuo encaminhou a autoridade superior para autorização em dar continuidade no processo de rescisão unilateral do contrato.

A questão da rescisão unilateral de contrato administrativo, pode ocorrer por vários motivos, mas principalmente quando a administração pública verificar a existência de **ilegalidade, inadimplemento contratual por parte do contratado** ou, **em razão de interesse público**, dando ensejo ao fim do contrato entabulado, antes que seu prazo de vigência chegue ao final, sendo que, em qualquer dos três casos, necessária se faz a devida justificação da conveniência e oportunidade, para que se atenda ao princípio da transparência dos atos administrativos e se possa aferir da legalidade do ato.

Na CI nº 10/2019, o Sr. Pregoeiro diz que foi atestado a legalidade do procedimento para a assinatura do contrato, então não seria esse o motivo. Também não há informação sobre possível inadimplemento, então resta a análise do fato narrado, ou seja grau de parentesco e do interesse público.





Em relação Acórdão do TCE-Pr, o mesmo possui a seguinte ementa:

“Consulta. Licitação. Participação e contratação de empresa da qual consta como sócio cotista ou dirigente, cônjuge, companheiro, parente em linha reta ou colateral, consanguíneo ou afim de servidor em cargo efetivo ou em comissão na entidade licitante. Impossibilidade. Interpretação da Súmula Vinculante 13 do STF.”

O Art. 9º da Lei 8666/93, traz um rol de pessoas que não podem participar nos processos licitatórios, e dentre eles em seu inciso III, consta:

“III - servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação”

Pelo que se extrai da narrativa da CI, a empresa vencedora é de propriedade exclusiva de filho de servidor que não consta no contrato social como sócio da empresa.

Analisando o bojo do Acórdão supra citado, colhemos a manifestação do Ministério Público de Contas do Paraná, que na oportunidade assim manifestou-se:

“....pela impossibilidade de empresa participar de licitação se o sócio, cotista ou dirigente for servidor do órgão licitante, ou cônjuge, companheiro, parente em linha reta e colateral, consanguíneo ou afim de servidor público do órgão ou entidade licitante, que nele exerça cargo em comissão ou função de





confiança, seja membro da comissão de licitação, pregoeiro ou autoridade ligada à contratação.”

No presente caso, o contrato está em vigência, e tal fato só foi contatado *a posteriori*.

É certo que amparado no Acórdão acima, o Tribunal de Contas do Estado, vem posicionando no sentido da vedação da contratação, sob o argumento de que fere princípios constitucionais da administração, mas, também há princípios que também ampara, quando no caso concreto se verifique a ausência de influencia no procedimento licitatório de referido servidor, e seja de interesse da administração.

Apesar da rescisão unilateral do contrato firmado pelo particular com a Administração ser ato administrativo discricionário, em que prevalece a conveniência e oportunidade em sua formalização, para tal relação jurídica tenha sua legalidade reconhecida, tal contratação deverá estar em consonância com os princípios que informam a atividade administrativa, quais sejam: legalidade, impessoalidade, moralidade administrativa, isonomia, publicidade, eficiência, indisponibilidade do interesse público, motivação dos atos administrativos, etc.

Chamamos a especial atenção para o último princípio citado. Um dos pilares de sustentação da legalidade de qualquer ato administrativo é exatamente a sua motivação. Através da análise das razões que justificaram a edição de determinado ato administrativo é que se pode verificar se ele atende ou não a uma determinada finalidade pública.

Somente o atendimento ao interesse público é que pode justificar a atuação do administrador.





Assim, consoante fundamentação acima, como o contrato está em vigência, o Administrador verificando a presença do **interesse público**, poderá rescindir, e entendo que o contrário também seja verdadeiro, desta forma, pode o Chefe do Executivo, fundamentadamente, tomar sua decisão amparado nos princípios da administração, avaliando a oportunidade, conveniência e sobretudo o interesse público

Esse é nosso parecer.

Duarte Xavier de Moraes  
Assessor Jurídico  
OAB-Pr 48.534

